

Sustentabilidade no espaço rural: um novo paradigma organizacional – I¹

Francisco da Cunha Silva²

O primeiro ano do atual governo brasileiro registrou um crescimento negativo de 0,2% no PIB, contrastando com o aumento real na arrecadação de 3,75%. O índice de desemprego apurado pela Fundação Seade/Dieese bateu o recorde histórico dos 20,6% em São Paulo, num país onde a carga tributária de uma família da classe média, adicionada às despesas decorrentes da ineficiência dos serviços do Estado, atinge 56%, a mais elevada do planeta (Secco & Lima, 2003). Na contramão desse quadro recessivo, o crescimento da agropecuária brasileira registrou um aumento de 8,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, e a estimativa da atual safra de grãos (130 milhões de toneladas) registra um crescimento de 6% em relação à safra passada. O agronegócio responde por um saldo positivo de mais de US\$ 20 bilhões anuais na balança comercial. O Brasil já é o quarto maior produtor agrícola mundial (Caixeta, 2003).

Estarão esses dados sinalizando para uma reentronização da agropecuária na liderança do processo de geração de riquezas? Ou trata-se tão-somente de uma efêmera situação conjuntural?

Numa análise histórico-conceitual, a forma como está sendo obtido esse incremento produtivo emerge de um paradigma alimentado pela "ideologia da modernidade", compro-

metendo, de forma avassaladora, as condições de sustentabilidade do território. A maioria dos agricultores brasileiros – vivendo e produzindo nas condições da agricultura familiar, representando 89% das 4,5 milhões de propriedades e respondendo por 43% do valor da produção agrícola nacional (Caixeta, 2003) – está sofrendo um persistente processo de exclusão caracterizado pelo baixo nível de renda, pela degradação dos recursos naturais, pelas más condições de habitação e saneamento, pela educação formal inapropriada, pelas reduzidas oportunidades para os mais jovens e pela crise de identidade, dentre outros indicadores.

Sob o prisma do episódio histórico da modernidade, a importância estratégica da agricultura vem declinando através dos tempos. Para a ciência social contemporânea, a tradicional vantagem comparativa dos recursos naturais foi deslocada para uma posição secundária, enquanto que o conhecimento, a ciência organizacional, a inovação e as habilidades humanas assumiram a logística do processo de geração de riqueza, no contexto da terceira revolução industrial.

Foi a partir do episódio histórico da modernidade que os formuladores de política passaram a eleger o mercado como a referência central do processo de alocação de recursos.

Tanto é que o montante dos negócios e a expansão do mercado assumiram o *status* de desenvolvimento e marco conceitual, a partir dos quais os governos – e a sociedade como um todo – definem graus diferenciados de progresso e desenvolvimento.

Esse conceito vem permeando a maioria dos sistemas de planejamento e de políticas públicas, modelados pelo paradigma da sociedade industrial. Um paradigma configurado no decorrer dos últimos cinco séculos que, ao eleger o sistema de mercado – e seu cálculo utilitário de consequências – como o referencial hegemônico para regular e modelar a vida humana, resultou numa concepção reducionista de recursos, produção, bem-estar, saúde, educação, qualidade e sentido da vida, dentre outras questões fundamentais analisadas neste estudo.

A visão de mundo e de vida assume outro viés a partir de uma abordagem multicêntrica, articulada por pensadores e cientistas policompetentes. O espaço rural, por exemplo, deve transcender à visão setorial³, em que caberia exclusivamente a produção agrícola. O conceito de produção e de recursos abrange outras dimensões além daquelas restritas a atividades mecanomórficas. Dentro dessa nova visão de mundo, a intervenção humana no meio ambiente vem, por seu caráter degenerativo e utilita-

¹Este estudo – desdobrado em três artigos – fundamenta-se na dissertação de mestrado "Políticas públicas para uma vida rural sustentável: estudo à luz da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais", de autoria de Francisco da Cunha Silva, sob a orientação do professor José Francisco Salm, Ph.D., UFSC/CSE/CPGA.

²Eng. agr., M.Sc, professor adjunto da UFSC, Florianópolis, SC, fone: (048) 246-2818, e-mail: fcunha1943@yahoo.com.br.

³A tripartição do mercado em primário, secundário e terciário está diluída numa rede de atividades interpenetráveis. A distinção entre os setores primário, secundário e terciário é substituída pelo conceito de *bens primaciais*, inerentes às necessidades humanas básicas, tais como alimentos, abrigo, vestuário e "serviços elementares que ajudam o indivíduo a se manter como um organismo sadio e um membro ativo da sociedade"; e os *bens demonstrativos*, correspondentes "aos desejos que têm os indivíduos de exprimir seu nível pessoal, relativamente à estrutura de *status*, sendo seus desejos concebidos em termos sociais e ilimitados" (Ramos, 1981a).

rista, comprometendo as condições de sustentabilidade e perduração, com graves implicações à saúde, à reprodução e à própria vida no planeta. É o caso do buraco na camada de ozônio (efeito dos clorofluorcarbonetos – CFC); do desenvolvimento sexual aberrante, das desordens neurológicas em crianças, dos cânceres desencadeados por hormônios, além de problemas de desenvolvimento e reprodução em animais silvestres, dentre outros (Colborn et al., 2002).

Os distúrbios reprodutivos em animais silvestres que vivem na ilha Kongsoya, pertencente ao arquipélago norueguês de Svalbard⁴, demonstram a gravidade do problema. Esta ilha era um dos mais ricos ambientes para procriação de focas e ursos polares (uma espécie de maternidade). "Apesar de Svalbard ser um lugar remoto e de aparência prístina, os ursos que vivem lá são altamente contaminados com agentes químicos industriais, inclusive bifenilos policlorados (PCBs), o agrotóxico DDT e vários outros compostos sintéticos persistentes" (Colborn et al., 2002). Populações de ursos polares e focas estão sendo dizimadas por conta de distúrbios reprodutivos e supressão do sistema imunológico, causados por essas substâncias. Pesquisas realizadas em diferentes pontos do planeta comprovaram que os PCBs viajam pelos ecossistemas e migram por grandes distâncias.

As autoras de "O futuro roubado" garantem que "pelo menos 250 contaminadores químicos" podem ser encontrados na gordura de humanos "não importa se vivam nos Estados Unidos ou em uma ilha remota do Pacífico. É impossível escapar deles" (Colborn et al., 2002).

Em contraponto ao modelo

unidimensional centrado no mercado, este estudo articula um novo referencial – o paradigma paraeconômico – capaz de permitir que movimentos comunitários e espaços conviviais possam participar, de forma efetiva, do processo de gerenciamento de recursos e da criação de riquezas em bases substantivas e perduráveis. As condições para a implementação desse novo paradigma foram pesquisadas no contexto de um território que se estende das encostas da Serra Geral ao Litoral Catarinense, a partir de um estudo exploratório (multicaso). Trata-se de um estudo conduzido a partir de uma metodologia qualitativa (estudo exploratório), que visualizou espaços de convivialidade e a predisposição dos atores sociais para internalizar novas categorias inerentes à sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente, tais como: recursos, produção, multidimensionalidade, pluriatividade, dimensões transcendente e imanente, agroecologia, dentre outras.

Ideologia e síndrome da modernidade

Os fundamentos do paradigma vigente na sociedade contemporânea foram construídos a partir do século 16. As raízes da crise política e existencial que envolve o mundo contemporâneo têm origem nos marcos conceituais que foram plantados no contexto da "ideologia da modernidade", a partir das idéias de filósofos e cientistas sociais que exerceram significativa influência sobre o pensamento do Ocidente⁵. É equivocado o procedimento metodológico daqueles autores que, ao analisarem os fatos e as trajetórias marcantes, inerentes à vida humana associada, o fazem a partir de um horizonte

temporal restrito ao último século.

Em seu artigo "Platão e a conversa de gerações", Ramos (1981b) destaca a necessidade de se interpretar o presente à luz dos ensinamentos da história, bem como a extensão das idéias dos pensadores clássicos: "Uma das características fundamentais de muitos dos que hoje se consideram estudiosos da ciência natural e social é a incompreensão do presente como história, ou, mais particularmente, a pretensão de que o presente se explica a si mesmo como uma configuração cindida do legado da história decorrida. Escapa-lhes a percepção de que nenhuma ciência pode ser compreendida sem o entendimento de sua história".

A modernidade encerrou o ser humano num tipo de razão analítico-instrumental, pela qual o sistema de mercado engendrou um novo sentido para a vida. No contexto desse novo *ethos* – um novo estilo de vida – "o saber possui uma intencionalidade definida: o poder". A busca do lucro e do desempenho "organiza sua *démarche*⁶ de dominação mediante a projeção de modelos e paradigmas da realidade que lhe garantem a eficácia operatória", alimentando um pragmatismo profundamente redutor na medida em que "esquematiza e artificializa a realidade e oculta as dimensões decisivas para a realização do sentido humano da vida" (Boff, 2000). Esse paradigma da modernidade provocou uma anomia e uma alienação sem precedentes da sociedade de massa, que resultaram em manifestações fenomenológicas, tais como a solidão, o medo, o vazio, a ansiedade, a agressividade e a "redução da linguagem de comunicação cotidiana, do relacionamento pessoal significativo e a perda da revelação vital com a natureza" (Boff, 2000).

⁴Com uma área semelhante à da Irlanda, o arquipélago norueguês de Svalbard é um dos mais espetaculares lugares que se possa imaginar. Numa latitude situada entre 74°N e 80°N, é circundado por geleiras, montanhas com neves eternas, líquens, delicadas flores silvestres. É um verdadeiro berçário para baleias, focas, ursos polares, raposas do Ártico, caribus, renas, morsas e belugas, constituindo-se num cenário de sonhos para quem aprecia lugares exóticos emoldurados por uma beleza selvagem.

⁵A Europa Ocidental enquadrava como "sociedades primitivas" todas aquelas que não refletiam o seu paradigma vigente a partir dos séculos 16, 17 e 18. A chamada economia política surgiu no século 18 na esteira da ideologia da modernidade. Assim é que em "A riqueza das nações", Adam Smith (1776) proclama a então emergente sociedade mercantilista como representativa do mais avançado estágio da história humana. Na verdade, Adam Smith, tanto quanto Karl Marx, simboliza a penetração da ideologia da modernidade nos domínios da economia. Adam Smith e a maioria dos economistas que escreveram depois dele – Marx aí incluído – acreditavam que o processo de expansão inerente ao mercado iria, forçosamente, "empurrar" a humanidade rumo a uma forma histórica superior. Smith rotulava de "atrasadas" as sociedades ancestrais, porque nelas o mercado era incipiente. Tanto Smith quanto Marx viam como um salto rumo à modernização o processo pelo qual o mercado era expandido e transformado no referente maior para a alocação de recursos em qualquer sistema socioeconômico (Cruz Júnior, 1988).

⁶Caminhada.

Para Hirschman (2000), as paixões humanas⁷ – das mais inofensivas às mais perversas – foram transformadas, a partir do final do século 16, em interesses próprios, privilegiando a ambição econômica (um dos suportes do paradigma de mercado), denegrindo o sentido clássico do bem comum e da virtude⁸. A fusão do interesse próprio com a ambição econômica ampliou as condições de previsibilidade e constância, constituindo um cenário estável para o mundo dos negócios.

Ao reconhecer que o desenvolvimento econômico da era moderna é fruto de paixões e interesses como a avareza, a usura e a precaução, John Maynard Keynes entendeu que esses desvios deveriam continuar "a ser os nossos deuses", justificando que somente eles podem "nos fazer sair do túnel da necessidade econômica", recomendando ainda que "se fizesse de conta, para nós mesmos e para todo mundo, que o certo é errado, e o errado é certo; porque o errado é útil, e o certo não o é" (Keynes, apud Ramos, 1981a). Essa recomendação de Keynes retrata bem o fenômeno da **transavaliação da razão**.

Para os pensadores clássicos gregos (Platão e Aristóteles) "a razão era entendida como força ativa na psique humana, que habilita o indivíduo a distinguir entre o bem e o mal, entre o conhecimento falso e o verdadeiro e, assim, a ordenar sua vida pessoal e social" (Ramos, 1981a).

A distorção do conceito clássico de **razão**, convertido em **racionalidade** pela ciência social, teve origem ainda no século 17, com o pensador inglês Thomas Hobbes (2001).

No limiar da Renascença⁹, numa

Itália fragmentada em cidades-estado, como Florença, surge Nicolau Maquiavel que, no embalo do *perspectivismo*¹⁰, escreve, em 1513, "O Príncipe", livro de cabeceira de muitos políticos e governantes, no decorrer dos últimos quatro séculos. Inspirado na metáfora perspectivista, Maquiavel preocupa-se, essencialmente, com a conveniência. "Para conhecer bem a natureza dos povos, cumpre ser príncipe, e para conhecer bem a dos príncipes, cumpre ser povo" (Maquiavel, 1979). O autor de "O Príncipe" aconselhava que o estudo da política requeria uma integração dos pontos de vista tanto do príncipe quanto do povo. Maquiavel é, portanto, o fundador de uma teoria política que emoldurou uma nova *práxis* política, idealizada na modernidade e ainda vigente no mundo contemporâneo.

"O príncipe precisa ter sensibilidade para preservar e aumentar os seus bens, elaborando uma teoria política de *interesse*, na qual 'crueldade', 'embuste', 'logro', 'usura', 'guerra', 'assassinio em massa' são sancionados como expressões legítimas da conduta humana" (Ramos, 1981a).

Foi assim que, no contexto de sua época (140 anos após Maquiavel), Thomas Hobbes, por meio de sua obra prima "Leviatã" (produzida em 1651), empreende todo seu esforço para definir as condições e os limites do verdadeiro conhecimento, estabelecer os princípios que fundamentam as regras do jogo político e determinar a situação e o papel da religião no Estado. Na esteira da Revolução Científica, iniciada por Copérnico, Hobbes (2001) articulou sua filosofia do materialismo mecânico, emoldurando assim seu cálculo utilitário de

conseqüências.

Drucker (1999) considera que foram necessários cerca de 50 anos para a humanidade compreender o significado das transformações iniciadas em 1455 (invenção da imprensa por Gutemberg), passando pela Reforma de Lutero, em 1517, e acompanhando todo o Renascimento, com seu apogeu entre 1470 e 1500, nas cidades-estado de Florença e Veneza. Esse entendimento só ocorreu após os "Comentários" de Copérnico, escritos entre 1510 e 1514; com "O Príncipe" de Maquiavel, escrito em 1513; com a síntese, por Michelângelo, de toda a arte renascentista no teto da Capela Sistina, pintado entre 1508 e 1512; e com o restabelecimento da Igreja Católica no Concílio de Trento, por volta de 1540.

Algo semelhante ocorreu com a transformação seguinte, desencadeada em 1776, com a publicação de "A Riqueza das Nações", por Adam Smith. Essa transformação "só foi ser compreendida e analisada 60 anos depois, nos dois volumes de 'Democracia na América' de Alexis de Tocqueville, publicados respectivamente em 1835 e 1840" (Drucker, 1999).

Idealizada a partir de critérios articulados por Maquiavel, Hobbes, Locke, Adam Smith, dentre outros pensadores, a modernidade provocou assim a hipertrofia do sistema de mercado, unidimensionalizando a vida humana.

Após haver analisado os efeitos da "ideologia da modernidade" na vida contemporânea do homem ocidental, este artigo contemplará, em sua segunda parte, as interações entre território e sustentabilidade, numa abordagem paraeconômica.

⁷Ao abordar questões morais em sua *Aurora*, Nietzsche considera que a busca do *conhecimento* transformou-se em *paixão*, exercendo uma atração e um poder à semelhança do "amor infeliz para aquele que ama: que ele por nenhum preço trocaria pelo estado de indiferença", transformando assim aqueles amantes do conhecimento em "amantes infelizes". Adverte também que "talvez mesmo a humanidade sucumba por essa paixão do conhecimento! [...] Preferimos todos ver sucumbir a humanidade a ver regredir o conhecimento! E, por fim: se a humanidade não sucumbir por uma *paixão*, ela sucumbirá por uma *fraqueza*: o que se prefere? Essa é a questão principal. Queremos para ela um fim em fogo e luz ou em areia? (Nietzsche, 1983).

⁸Ao conceituar *interesses* e *bem comum*, Aristóteles assegura que uma boa vida implica partilhar interesses comuns na vida comunitária e individual, caracterizando esse partilhar "através da união de todos e de cada um na forma de vida política". O filósofo grego analisa a vinculação da felicidade com a virtude, sabedoria e prazer, e admite que "a felicidade é a atividade conforme a virtude" (Aristóteles, 1980).

⁹No espaço temporal de apenas uma geração, Leonardo da Vinci (1425-1519), Michelângelo (1475-1564) e Rafael (1483-1520) produziram suas obras primas; Cristóvão Colombo (1451-1506) descobriu a América; Martinho Lutero (1483-1546) rebelou-se contra a Igreja Católica, dando início à *Reforma*; e Nicolau Copérnico (1473-1543) apresentou a hipótese de um universo heliocêntrico, inaugurando a *Revolução Científica*.

¹⁰Fenômeno social e político, utilizado inicialmente no domínio da pintura à época do Renascimento, criando o conceito de propriedade intelectual, transformando o artista numa modalidade de empresário que passou a vender seus trabalhos de acordo com o preço do mercado.

Literatura citada

1. ARISTÓTELES. *The Politics*. Oxford (England): Oxford University Press, 1980.
2. BOFF, L. *São Francisco de Assis: ternura e vigor, uma leitura a partir dos pobres*. 8.ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2000.
3. CAIXETA, N. Revolução no campo. *Exame*, São Paulo, n.794, p.116-127, 11 jun. 2003.
4. COLBORN, T.; DUMANOSKI, D.; MYERS, J.P. *O futuro roubado*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
5. CRUZ JÚNIOR, J.B. Organização e administração: aspectos econômicos, políticos e sociais de um paradigma emergente. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro v.22, n.3, p.3-21, jul/set 1988.
6. DRUCKER, P. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira; Publifolha, 1999.
7. HIRSCHMAN, A.O. *As paixões e os interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
8. HOBBS, T. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Martim Claret, 2001.
9. MAQUIAVEL, N. *O príncipe*; Escritos políticos. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Coleção Os Pensadores.
10. NIETZSCHE, F.G. *Obras incompletas*. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os Pensadores.
11. RAMOS, A.G. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da Riqueza das Nações*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1981a.
12. RAMOS, AG. Platão e a conversa de gerações. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 mar. 1981b. p.2.
13. SECCO, A.; LIMA, J.G. Para tirar a fera da sala. *Veja*. São Paulo, n.1.818, 3 set. 2003. ■

Valorização dos produtos da agricultura familiar através do design – o caso Mafra –

Danilo Pereira¹; Lia Krucken²; Eugenio Merino³ e Rubens Altmann⁴

A qualidade dos produtos alimentícios é um dos fatores que vêm refletindo de forma significativa na opção de compra, considerando-se aspectos relacionados com a natureza do próprio produto (matérias-primas, processos de fabricação, etc.), os benefícios à saúde, a composição, o respeito à legislação, dentre outros. Todavia, as exigências do novo consumidor não param por aí, pois ele escolhe produtos que satisfaçam não somente suas necessidades de ordem fisiológica, mas também seus anseios e desejos e, principalmente, a confiança quanto ao que está adquirindo, minimizando ao máximo qualquer risco que o produto possa acarretar no seu consumo.

Estes fatos vêm fazendo com que as empresas busquem formas mais eficientes de transmitir informações

que evidenciem a qualidade e a natureza do produto em si, sobretudo a sua origem. Este último aspecto vem ganhando destaque por duas razões básicas: uma diz respeito à vocação e à experiência dos produtores e a outra, à garantia em relação a uma alimentação saudável, segura e ecologicamente correta. Entretanto, os produtos dos pequenos produtores da agricultura familiar esbarram num problema comum que são as embalagens e os rótulos que, em muitos casos, não apresentam características suficientes para que o consumidor perceba de forma clara e inequívoca as suas qualidades. É nesta convergência que o design gráfico pode contribuir para minimizar e eliminar problemas. Com uma visão de gestão, metodologias próprias, integração de várias áreas (marketing, engenharia de alimen-

tos, tecnologia da informação, processos gráficos, dentre outros), bem como a consideração das experiências e idéias dos produtores, é possível chegar a resultados expressivos, que contribuam para a competitividade dos produtos na comercialização. É importante destacar que o design cuida dos aspectos formais dos produtos e sua relação com seu uso e funcionalidade, e os demais aspectos são tratados por especialistas das diversas áreas que, num trabalho integrado, possibilitam o alcance das premissas apresentadas.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é, através do design gráfico, valorizar os produtos da agricultura familiar, especificamente os de um grupo de produtores da região de Mafra, SC, pelo desenvolvimento de embalagens/rótulos adequadas para os seus produtos (mel, pepino, fran-

¹Analista de sistema, M.Sc., Instituto Cepa, C.P. 1.587, 88034-001 Florianópolis, SC, fone: (048) 239-3948, e-mail: danilo@icepa.com.br.

²Eng. de alimentos, M.Sc., UFSC, e-mail: lia@floripa.com.br.

³Designer, Dr., UFSC, fone: (048) 331-9285, e-mail: merino@cce.ufsc.br.

⁴Eng. agr., Dr., Instituto Cepa, fone: (048) 239-3907, e-mail: altmann@icepa.com.br.